

Azevedo e Chalhoub: o interdito na sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, em dois gêneros

Ivy Daniela Monteiro Matos

RESUMO: Propõe-se neste artigo a leitura complementar da obra literária *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicada em 1890, e do livro *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial* (1996) de Sidney Chalhoub, no qual se verifica um estudo amplo sobre as políticas públicas urbanas da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A complementaridade das duas obras permite uma leitura em dois gêneros do que é considerado o interdito da sociedade brasileira da época: a miscigenação, a escravidão, a sexualidade, a moral.

Palavras-chave: Realismo/Naturalismo. Políticas públicas. Teorias raciais

ABSTRACT: This article proposes a complementary reading of the literary work "O cortiço", by Aluísio Azevedo, published in 1890, and the book *Febrile City, tenements and epidemics at the imperial court* (1996) by Sidney Chalhoub, in which there is a A broad study on the urban public policies of the city of Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century. The complementarity of the two works allows a reading in two genres of what is considered the interdict of Brazilian society of the time: miscegenation, slavery, sexuality, morality.

Keywords: Realism / Naturalism. Public policies. Racial theories

CORPO DO TRABALHO

“Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo.” (AZEVEDO,1996, p.13). Este é um dos trechos mais

Docente do IFNMG, licenciada em Letras pela Unimontes, especialista em Literatura e linguística aplicada ao ensino do português, mestranda em Sociologia Política pela UFSC.

populares da obra literária *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Aqui o autor esbanja da figura de linguagem personificação ou prosopopeia, que se trata da atribuição de características humanas a coisas (CEGALLA, 2009). Azevedo descreve o acordar do cortiço, associa suas janelas e portas à função que os olhos teriam nessa ação e vai além ao identificar sensações, sentimentos do cortiço ao acordar. Acordou “alegre” e “farto”, um acordar satisfeito, de quem dormiu muito bem. O pronome relativo “quem” reforça a personificação, dado que este pronome deve ser utilizado para referência a pessoas. Quando empregado a coisas, reforça a figura de linguagem (BECHARA, 2001): as pessoas é que dormem alegres e fartas, onde? No cortiço. O cortiço é um lugar que foi ascendido à condição humana.

Mas não estamos numa empreita a fim de desqualificar a linguagem utilizada por Azevedo, ao contrário, isso demonstra a habilidade do autor em descrever as cenas de sua narrativa com a propriedade natural exigida pelos textos literários, associando uma linguagem real a elementos de significações aguçantes da imaginação, da interpretação do leitor.

A inspiração de Azevedo aliou uma grande habilidade narrativa a importantes fatos da época. O panorama da sociedade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, seus pensamentos e influências formam o tema central da obra *O cortiço*, ao debater a reforma urbana por que passava o Rio de Janeiro e as influências do pensamento científico na análise das questões sociais.

Para compreender melhor esta relação, vamos utilizar os estudos desenvolvidos por Sidney Chalhoub no livro *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*, publicado em 1996, texto não literário, escrito a partir de uma intensa pesquisa nos documentos oficiais dos órgãos e registros da época. Chalhoub inicia seu livro narrando o episódio da demolição de um dos mais importantes cortiços, no Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco, em 26 de janeiro de 1893, a qual intitula de Operação de guerra, dado o aparato policial e político montado para tal feito, com participação direta do prefeito da cidade, Barata Ribeiro, de alguns vereadores, de empresários, além de soldados.

A destruição de o Cabeça de porco não foi um ato isolado, mas “*um evento no processo sistemático de perseguição desse tipo de moradia, o que vinha se intensificando*”

desde pelo menos meados da década de 1870, mas que chegaria a histeria com o advento das primeiras administrações republicanas.” (CHALHOUB, 1996, p. 25)

Por que os cortiços estavam na mira de políticas urbanas da cidade do Rio de Janeiro?

A proliferação dos cortiços cariocas se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, ligada ao fluxo contínuo da imigração portuguesa e ao número de alforrias obtidas pelos escravos, além da situação conseguida por muitos escravos de viverem “sobre si”. Vamos analisar cada uma dessas situações a partir das obras de Chalhoub e de Azevedo:

Na obra de Azevedo, o próprio título, *O cortiço*, já demonstra a valorização do lugar. É ali que se passam a maioria dos fatos, e o ambiente vai encaixando cada um dos tipos descritos.

Os imigrantes se materializam, entre outros, na figura dos personagens João Romão (proprietário do cortiço, homem trabalhador, mas avarento e explorador do serviço de outrem), Miranda (bem sucedido, nomeado com o título de barão), dona Isabel e Jerônimo (casal de portugueses). A obra cita ainda: *Um grupo de mascates, o Delporto, o Pompeo, o Francesco e o Andréa, armado cada qual com a sua grande caixa de bugigangas, saiu para a peregrinação de todos os dias, altercando e praguejando em italiano.* (AZEVEDO, 1996, p. 15). *Três marujos ingleses bebiam gengibirra, cantando, ébrios, na sua língua e mascando tabaco* (AZEVEDO, 1996, p. 47) na venda de João Romão, e dá ênfase ao volume de portugueses no Brasil: *Para adiante, na mesma direção, corria um vasto telheiro, velho e sujo, firmado sobre colunas de pedra tosca; aí muitos portugueses trabalhavam de canteiro, ao barulho metálico do picão que feria o granito* (AZEVEDO, 1996, p. 19).

A descrição dos demais moradores revela muitos negros e mulatos, associando características tidas como pervertidas, depreciativas a cada um deles, seja a fornicação, o adultério, a homossexualidade, a inclinação para o não trabalho e para o vício.

A Rita Baiana é descrita com a beleza e sensualidade, símbolos da mulher brasileira e com muita riqueza de detalhes sensoriais e visuais. Forte, apaixonada e politicamente incorreta, sedutora e consciente de seus encantos, é maliciosa e faminta de vida, um diabo de saias.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sextas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a

nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embebecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. (AZEVEDO, 1996, p. 16).

Outro personagem típico do estereótipo do ex-escravo ou descendente de escravo assim é descrito:

Firmo, o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadócio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira. (...) Era oficial de torneiro, oficial perito e vadio; ganhava uma semana para gastar num dia; às vezes, porém, os dados ou a roleta multiplicavam-lhe o dinheiro, e então ele fazia como naqueles últimos três meses: afogava-se numa boa pândega com a Rita Baiana. A Rita ou outra. (AZEVEDO, 1996, p. 30)

Além dos imigrantes, dos negros forros, mulatos, descendentes da escravidão, havia também no cortiço moradores escravos que viviam “sobre si”, que conseguiam com os seus senhores autorização para viverem longe de suas casas, adquirindo autonomia nas atividades produtivas. Para o escravo, ganhava a possibilidade de levar uma vida semelhante a da população não escrava e organizar seus turnos de trabalho a fim de levantar saldo para a compra de sua alforria. Para o proprietário, eximia-se das despesas com a sobrevivência do negro e lograva maiores lucros explorando o seu trabalho externo. (CHALHOUB, 1996, p. 27)

Nesta condição vivia Bertoleza, a quem o João Romão propôs se amasiarem, a fim de explorar o seu trabalho e fazer fortuna:

“(...)crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade”. (AZEVEDO, 1996, p. 01)

“Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil-réis por mês, e, apesar disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria”. (AZEVEDO, 1996, p. 01)

A mistura do imigrante, dos descendentes de escravos e de atuais escravos fazia dos cortiços um ambiente foco das preocupações políticas, dadas algumas circunstâncias.

As epidemias de febre amarela e de cólera, em 1850 e em 1855, respectivamente, subiram abruptamente as taxas de mortalidade e levantaram a discussão da salubridade pública e, no bojo, das condições das moradias coletivas: *“Foi criada então a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas.”* (CHALHOUB, 1996, p. 30)

Vale recorrer à descrição do cortiço, feita por Azevedo, para relacionar a preocupação com a salubridade e as moradias populares. Eram casebres, um do lado da outro, no centro um pátio onde os moradores dividiam o banheiro e as mulheres executavam o ofício de lavadeira nas tinas alugadas pelo dono do cortiço. Todos conviviam naquele espaço restrito, crianças corriam, mulheres conversavam e a procura pelas casinhas do cortiço só aumentava: *Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. E, mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los.*(AZEVEDO,1996, p. 8)

Este trecho confirma o crescimento desta população, tanto pela chegada dos imigrantes quanto pela situação nacional dos negros. Era uma população pobre que recorria aos quartos alugados e, na maioria das vezes, aos cortiços para se instalarem. Nestas condições, a higiene, a salubridade era uma questão alheia, tanto infraestruturalmente, quanto comportamentalmente: *“(...)as crianças não se davam ao trabalho de lá ir (ao banheiro), despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas.”*(AZEVEDO,1996, p. 13)

As pessoas e os animais conviviam no mesmo espaço, sejam animais domésticos ou em função das estrebarias, que era comum nos cortiços, um lugar para aqueles que alugavam quartos como hóspedes temporários deixarem os seus animais, burros, cavalos ou bois para as carroças: *Uma vaca, seguida por um bezerro amordaçado, ia, tilintando tristemente o seu chocalho, de porta em porta, guiada por um homem carregado de vasilhame de folha* (AZEVEDO,1996, p. 13).

Nada mais foi preciso do que o seu primeiro guincho estridente e gutural para surgirem logo, como por encanto, uma enorme variedade de gatos, que vieram correndo acercar-se dele com grande familiaridade, roçando-se-lhe nas pernas arregaçadas e miando suplicantemente. O sardinheiro os afastava com o pé, enquanto vendia o seu peixe à porta das casinhas, mas os bichanos não desistiam e continuavam a implorar, arranhando os cestos que o homem cuidadosamente

tapava mal servia ao freguês. Para ver-se livre por um instante dos importunos era necessário atirar para bem longe um punhado de sardinhas, sobre o qual se precipitava logo, aos pulos, o grupo dos pedinchões (AZEVEDO,1996, p. 14).

Em seguida via-se uma miserável estrebaria, cheia de capim seco e excremento de bestas, com lugar para meia dúzia de animais. Estava deserta, mas, no vivo fartum exalado de lá, sentia-se que fora habitada ainda aquela noite. (AZEVEDO,1996, p. 19)

Entraram em cena no panorama político brasileiro os intelectuais-médicos, como chamados por Chalhoub, os sanitaristas, definindo as diretrizes de muitas políticas urbanas, protegidos pela preocupação com o controle das doenças e com a saúde pública.

“Analisavam a realidade, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isso porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.” (CHALHOUB, 1996, p. 29)

A grande ameaça era a classe pobre, em suas moradias precárias, seus hábitos de vida pouco salubres, tidos como propagadores das doenças e resistentes às políticas de controle social no meio urbano. Os pobres passaram a ser tidos como perigosos.

O que se vê é uma mistura de conceitos entre classe pobre e classe perigosa. Chalhoub destaca o conceito, de origem francesa, para classe perigosa apresentado por Mary Carpenter, que incluíam as pessoas que já tivessem passado pela prisão ou aquelas que buscavam seu sustento através de furtos e não do trabalho. (CHALHOUB, 1996, p. 20).

O não trabalho era uma preocupação política com a abolição da escravidão em 1888. A ociosidade dos forros era alvo de alguns projetos de lei que foram buscar na teoria parisiense de Frégier (classe perigosa) sua mola propulsora, rotulando as classes pobres e “viciosas” como a mais abundante causa de todo tipo de malfeitores, pois “*quando o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se a pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade*”. (CHALHOUB, 1996, p. 21)

Compreendem-se agora as descrições já citadas dos negros e dos imigrantes sempre tão depreciativas na obra de Azevedo. Associa-se o caráter à raça, aderindo e reforçando as teorias raciais tidas como científicas da época. O diálogo abaixo reforça o estereótipo dos negros quase de forma geral descritos como viciados, não dados ao trabalho, vadios:

— Então agora, com este mulato, o Firmo, é uma pouca-vergonha! Est'ro dia, pois você não viu? levaram ai numa bebedeira, a dançar e cantar à viola, que nem sei o que parecia! Deus te livre!
— Para tudo há horas e há dias!...
— Para a Rita todos os dias são dias santos! A questão é aparecer quem puxe por ela!
— Ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem...
— Bom coração tem ela, até demais, que não guarda um vintém pro dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no corpo! (AZEVEDO, 1996, p. 16)

Tudo que se referia à cultura africana, o samba, a capoeira era considerado como um traço negativo de personalidade. A palavra *negro* (e suas variações) é empregada constantemente para caracterizações depreciativas, reforçando o preconceito e a segregação entre as classes: “Um negro desgosto comia-a por dentro, como tubérculos de tísica, e tirava-lhe a vontade para tudo que não fosse chorar.” (AZEVEDO, 1996, p. 67)

“Um súbito raio de esperança iluminou-a toda por dentro, dissolvendo de relance os negrumes acumulados ultimamente no seu coração.” (AZEVEDO, 1996, p. 100)

O recorte de uma carta enviada pelo chefe de polícia da corte aos vereadores da Câmara Municipal, em 1860, comprova a preocupação política com o crescimento da população que recorria aos cortiços e revela várias causas para isso:

“Existe nesta cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou a pessoas livres, que parcialmente as subloca a escravos. Os males resultantes de uma tal prática são notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem o valhacouto de escravos fugidos e malfeitores, e mesmo de ratoneiros livres, tornam-se verdadeiras espeluncas, onde predomina o vício, e a imoralidade baixo de mil formas diferentes. Urgente seria, pois, reprimir severamente semelhante abuso, proibindo-se alugar ou sublocar qualquer casa ou parte dela a escravos, ainda mesmo munido de autorização dos senhores para esse fim...” (CHALHOUB, 1996, p. 26)

Desejava-se não somente reprimir a ociosidade, mas desenvolver um conceito de bom cidadão, aquele que poupa seu dinheiro, investe em melhorias nas suas condições de vida. João Romão era um imigrante trabalhador, mas motivado pela gana de acumular, não injetava dinheiro no mercado, preferia guardar e não investia em nada em sua qualidade de vida. Era a avareza, sentimento torpe, que o movia. A guinada do personagem mais ao final da obra, construindo um grande sobrado para morar, adquirindo hábitos fidalgos, não foi motivada pelas suas características de bom cidadão, mas por inveja do título nobre recebido por seu vizinho, julgado por ele como menos merecedor que ele próprio.

“Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira, que ele, todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça.” (AZEVEDO,1996, p 3)

Outros bons trabalhadores, pessoas sérias, de caráter, cumpridoras de suas obrigações são os portugueses Jerônimo e Piedade que foram morar no cortiço. Ele gerenciava a pedreira de João Romão, aumentando os lucros, coibindo a baixa produtividade dos funcionários. Ela era uma lavadeira exímia que lograva a fidelidade de clientes. Eram assim quando eram portugueses, quando sentiam saudades da terra natal, comiam seus pratos típicos e cantavam suas músicas. Mas Jerônimo abrazeou-se por apaixonar-se por Rita Baiana, tornando-se preguiçoso, sem ambição:

“Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição; para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros. E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abrazeou-se.” (AZEVEDO,1996, p. 44)

A desorganização que o abrazeamento do marido trouxe à vida, aos planos do casal, uma vez que o Jerônimo foi morar com a Rita Baiana, abandonando a esposa, transformou Piedade em uma bêbada, que caía na rua e era possuída por muitos homens.

A mentalidade sanitarista associada às teorias raciais, motivadoras das questões políticas da época, esperava que a miscigenação “*promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira*” (CHALHOU, 1996, p. 9). Mas não é esse o processo identificado por Azevedo. Ao contrário, o europeu é que se abrazeava, com todas as delícias e vícios que lhe era dada a nova raça.

Politicamente, a ideologia da administração competente, técnica, ocultou o sentido classista das políticas urbanas, acreditando que havia “*uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas*”, o que contribui para a “*inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo dos cidadãos*” (CHALHOUB, 1996, p. 20).

Para Azevedo, esta ideologia era natural e popular, tida também pelos próprios escravos que, segundo as narrações abaixo, negavam a própria raça:

“Ele (João Romão) propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 1996, p. 01)

“(..)mas desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranqüila seriedade de animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior”. (AZEVEDO, 1996, p. 85)

E as gerações do cortiço surgiam, cada vez mais volumosas, sinalizando que as condições fétidas, precárias, insalubres, inatas a uma população pobre e tida como perigosa poderiam se estabelecer na estratificação da sociedade brasileira.

“As classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais.(...) cabia reprimir os supostos hábitos de não trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores”. (CHALHOUB, 1996, p. 29)

Azevedo assim destaca a proliferação das gerações dos cortiços:

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1996, p. 7)

A descrição acima revela outra figura de linguagem que, assim como a personificação, fora também amplamente utilizada por Azevedo, o zoomorfismo. Empregado para animalizar o ser humano, o zoomorfismo trata-se de atribuir características de animais às pessoas, ressaltando seus comportamentos instintivos (CEGALLA, 2009):

“As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas da mão.” (AZEVEDO, 1996, p. 13)

As mulheres tinham casco. Para os homens, ao contrário de cabelo, o mais recorrente, o autor preferiu utilizar o termo pelo, mais relacionado aos animais irracionais, além das ventas e das ações de fossar e fungar.

Esta figura de linguagem foi algumas vezes também desenvolvida por comparação: “*A filha tinha quinze anos, a pele de um moreno quente, beijos sensuais, bonitos dentes, olhos luxuriosos de macaca.*” (AZEVEDO,1996, p. 14). “*(...) a sua crina preta, desgrenhada, escorrida e abundante como as das éguas selvagens, dava-lhe um caráter fantástico de fúria saída do inferno.*” (AZEVEDO,1996, p. 92)

Este processo de animalização do homem e de humanização do cortiço deprecia os personagens da obra e eleva o lugar, não pela sua beleza ou importância, mas pelo poder de abocanhar seus habitantes e digeri-los como uma massa homogênea em suas características torpes para a espécie humana. Com isso Azevedo reforça e registra as ideologias sanitaristas e científicas que o influenciaram.

Justifica-se agora a demolição do cortiço Cabeça de Porco, de um modo tão abrupto e desumano como descrito por Chalhoub.

Na tentativa de coibir a proliferação dos cortiços, várias medidas administrativas foram definidas (algumas nunca executadas), desde o controle das entradas e saídas, às visitas frequentes de autoridades policiais e à manutenção da limpeza através de normas específicas. (CHALHOUB, 1996, p. 30)

João Romão e os moradores do cortiço ostentavam com orgulho o fato de nunca ter entrado ali a polícia. Para isso, o proprietário mantinha severidade com os inquilinos e qualquer desordem era abafada a qualquer custo, mesmo que fosse um crime, como a tentativa de homicídio cometida por Firmo contra Jerônimo por ciúmes da Rita Baiana.

“A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho.” (AZEVEDO,1996, p. 60)

As ações policiais são mais diretamente descritas em um trecho em que se compara o cortiço do João Romão com o Cabeça-de-Gato, aberto ali nas proximidades: “*À medida que a de João Romão prosperava daquele modo, a outra decaía de todo; raro era o dia em que a*

polícia não entrava lá e baldeava tudo aquilo a espadeirada de cego. Uma desmoralização completa!” (AZEVEDO, 1996, p. 104)

Assim, as concepções populares e políticas dos cortiços foram construídas como algo abjeto, depreciativo, que abrigava em si seres igualmente desprezíveis, representantes de raças inferiores. Em um trecho da obra, Azevedo emprega a palavra cortiço como um adjetivo, palavra capaz de caracterizar de forma pejorativa algo, porque ele se fazia assim, e mais, de modo determinista, condição permanente, “inalterável”.

“Cabeça-de-Gato” que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 1996, p. 114)

Dáí vinha a força do cortiço na obra de Azevedo. Ele sempre seria alimentado, pois sempre haveria pessoas inclinadas a perpetuar a sua sanha pelo indecoroso e pelo sujo. Na obra, o cortiço ressurgue como a fênix das cinzas. Sofreu dois incêndios, o último muito grave e com mortes de moradores, mas ele sempre ressurgia, cada vez maior, aproveitando as obras de reconstrução para ser ampliado: *“De cento e tantos, a numeração dos cômodos elevou-se a mais de quatrocentos; e tudo caiadinho e pintado de fresco.”* (AZEVEDO, 1996, p. 103)

Se na ficção o cortiço persistia e renovava-se, o da vida real, narrado por Chalhoub sucumbiu às ações políticas da segunda metade do século XIX. O pensamento cientificista em detrimento ao pensamento social, as teorias raciais, a salubridade, a aculturação dos costumes europeus pretendiam demarcar uma nova era na sociedade brasileira, que não permitia um lugar às moradias coletivas e ao povo que ali residia. Mas havia outros motivos, pelo menos mais dois citados por Chalhoub. O primeiro se refere à manutenção da escravidão e o segundo à territorialização da cidade do Rio de Janeiro.

Como dito, os cortiços abrigavam muitos negros que viviam “sobre si”, desagregando o sentido da escravidão. Ora, se o negro podia viver “livre”, com direito de ir e vir, organizando suas atividades produtivas a ponto de conseguir ganhar o suficiente para se manter, para pagar uma mensalidade ao seu proprietário e ainda poupar a fim de comprar a sua liberdade, qual o sentido da escravidão para a promoção do trabalho? Evidente que esta

situação contribuía para a falência da escravidão. O cortiço, pela aglomeração de negros, era espaço de discussões e organização classista, muitas vezes de resistências. (CHALHOUB, 1996, p. 28 e 29)

A participação de grandes empresários na demolição de o Cabeça de Porco e os investimentos feitos por eles na operação foram motivados pelo interesse comercial no extermínio dos cortiços. Os espaços ocupados pelos cortiços começaram a sofrer valorização no mercado imobiliário, principalmente pela expansão da cidade, que os trouxe para os centros urbanos. Esses espaços logravam a cobiça para os investidores e para os políticos, que desejavam, a exemplo de Paris, abrir avenidas, modernizando a cidade. Para isso, necessitavam de políticas que expulsassem as classes ditas perigosas do centro do Rio, apegando-se às justificativas sanitaristas, valendo-se da adesão dos classistas a esta mentalidade.

O vereador José Pereira Rego assim dizia em um projeto enviado à Câmara Municipal da Corte, citado por Chalhoub, correlacionando civilização, ordem e progresso a beleza e limpeza:

“O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo que o habita; é o espelho onde se refletem as conquistas que tem ele alcançado no caminho da civilização. Tão verdadeiro é o princípio que anunciamos que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e propriedade desses países.” (CHALHOUB, 1996,p. 34)

Os interesses capitalista e político ficaram bem explicados na representação de duas proprietárias de o Cabeça de Porco ao prefeito Barata Ribeiro, que afirmavam que o cerco e a destruição final da estalagem estariam diretamente ligados aos investimentos planejados por Carlos Sampaio e por Vieira Souto e sua Empresa de Melhoramentos, diminuindo o valor das desapropriações a serem pagas (CHALHOUB,1996, p. 55). A prefeitura, em resposta, alegava questões de higiene, a má conservação da construção e ausências de licenças para a sua edificação. Para Chalhoub, higienistas e agentes imobiliários estavam unidos pelas reformas urbanas e contra os corticeiros (p. 56) e havia amplamente o uso de informações das ações do

Estado para benefícios próprios, logrando-se muito lucro, seja por parte dos funcionários públicos, dos políticos ou dos investidores.

Conclusão

A destruição do cortiço Cabeça de Porco, narrada por Chalhoub, exemplifica políticas embasadas em critérios classistas, cientificistas, eurocêntricos e capitalistas, que marcaram o lema de ordem e progresso do Brasil e ainda marcam. O descaso pelas questões sociais, a promoção da segregação e do preconceito, são frutos de passagens como esta na nossa história, que deixam suas consequências fortemente enraizadas na cultura de um povo.

Ao analisarmos o panorama das políticas urbanas da cidade do Rio de Janeiro do século XIX, encontramos uma extrema contemporaneidade em uma questão desafiante do nosso tempo, a organização da malha urbana.

Foi concedido aos moradores de o Cabeça de Porco recolherem as madeiras em melhor estado, no monturo da demolição, para reconstruírem suas habitações no morro da Favela, localizado atrás do terreno onde antes estava o cortiço. Daí nascia a territorialização estabelecida no Rio de Janeiro atual, a ocupação dos morros pelos pobres, expostos a qualquer sorte de desabamentos e ainda hoje às deficiências de saneamento básico.

Os prejuízos desta mentalidade à cultura africana fez perder importantes registros de suas expressões artísticas como o samba e a capoeira, também coibidos de serem manifestados.

Associa-se a análise dos fatos históricos desenvolvidos por Chalhoub aos registros no campo literário, através do livro *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Textos de diferentes gêneros, o primeiro científico e o segundo literário, estruturados sobre critérios próprios na linguagem, nos recursos expressivos, demonstram que são várias as possíveis fontes de pesquisa e comprovam como a ficção e a realidade convivem em estrita relação.

Ambos foram frutíferos na exemplificação do interdito, ao tratar o tabu e o abjeto, ao abordar aquilo que se rejeita e tenta-se negar, mas que surge como elemento estruturante de uma época, de um povo. O interdito deixa então de ser apenas uma questão de classe, de

moral e de cultura, para ser um argumento em prol das medidas políticas e financeiras da segunda metade do século XIX.

Vale ressaltar que a obra de Azevedo é uma obra-prima da literatura Realista/Naturalista brasileira e que suas marcas ideológicas representam o período histórico em que foi concebida. É uma obra fiel ao seu tempo que nos presenteia com uma deliciosa leitura a qualquer época.

Referências

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1996.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª Ed. RJ: Editora Lucerna, 2001

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Editora Cultrix; 1994

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48ª Ed. Editora Nacional, 2009

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto – leitura e redação*. 16ª edição. São Paulo: Ática, 2003